



PRIMEIRO O PAÍS, DEPOIS A REGIÃO: INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

23 agosto 2026

Primeiro o país, depois a região, sublinha que o alcance, o ritmo e a profundidade dos processos de integração regional dependem primordialmente da sua articulação com as realidades, prioridades e interesses dos Estados participantes.

Em África, a busca pela integração e unidade continental, expressa nas proclamações dos “pais fundadores” das independências, ganhou ímpeto após a criação da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 1975. A partir da Segunda Convenção de Lomé, de 1980, a integração regional nos países de África, Caraíbas e Pacífico passou a beneficiar sistematicamente de apoio técnico e de financiamento programático da cooperação europeia. Esta prioridade viria a ser sucessivamente reafirmada em várias cimeiras africanas¹. A ideia de que a integração regional constitui o instrumento principal para o desenvolvimento económico foi adquirindo, pois, um estatuto quase consensual no discurso político e institucional africano, sendo também acolhida por posições pan-africanistas, e por parte significativa dos parceiros internacionais.

A centralidade adquirida por este paradigma deixa pouco espaço para discutir a hipótese inversa: a de que a integração regional não constitui, necessariamente, um fator prévio do desenvolvimento, podendo resultar das transformações económicas, institucionais e políticas ocorridas no interior dos Estados – ou desenvolver-se paralelamente a elas. Na verdade, o desenvolvimento é, antes de mais, um processo político e nacional. Depende da forma como cada sociedade organiza o poder, mobiliza recursos, constrói instituições, estabelece prioridades e se insere nas cadeias internacionais de produção, comércio e inovação. Estes processos desenvolvem-se a ritmos e de formas diversas e interagem com realidades e constrangimentos externos, incluindo os regionais. Nesta perspetiva, a cooperação e a integração resultam, em regra, da interação entre diferentes trajetórias, capacidades e interesses nacionais. A experiência histórica de diferentes regiões sugere, com efeito, que foram so-

bretudo essas transformações nacionais que moldaram a concertação política, a cooperação e, em alguns casos, a integração regional.

A argumentação deste artigo desenvolve-se em três momentos. O primeiro clarifica os conceitos de concertação política, cooperação e integração regional. O segundo revisita sumariamente a relação entre integração e desenvolvimento na Europa, no Leste Asiático, na América Latina e em África. O terceiro discute o papel dos atores, dos interesses e das estratégias que enquadram os processos de desenvolvimento e condicionam a ocorrência, o ritmo e a profundidade da integração regional.

Concertação política, cooperação e integração regional

Parte da literatura sobre integração regional utiliza conceitos que correspondem a níveis distintos de relacionamento entre Estados. Esta imprecisão permite que a integração regional seja confundida com iniciativas que correspondem apenas a formas de concertação política ou de cooperação funcional (ver Caixa 1).

A clarificação conceitual assume particular importância em África. Ao longo das últimas décadas, numerosos projetos de infraestruturas, corredores de transporte, interligações energéticas, programas conjuntos de segurança, iniciativas de facilitação do comércio ou mecanismos de coordenação diplomática têm sido apresentados como exemplos de integração regional. Embora possam reforçar relações entre Estados e contribuir

para objetivos comuns, a sua existência não significa que estejamos perante processos de integração regional. Essa imprecisão induz expectativas irrealistas.

A **concertação política** consiste na aproximação de posições e na coordenação diplomática sobre interesses comuns, sem exigir instituições supranacionais ou transferência de competências soberanas. Pode assumir formas diversas, desde consultas diplomáticas a posições conjuntas em organizações internacionais, dependendo a sua eficácia da convergência de interesses e da confiança política entre parceiros.

A União Africana tem constituído um importante espaço de concertação política continental, expressa em posições comuns em matérias de paz e segurança, alterações constitucionais, representação internacional ou reforma das organizações multilaterais. O mesmo sucede em diversas Comunidades Económicas Regionais africanas quando atuam como plataformas de coordenação política entre os respetivos Estados-membros.

A **cooperação** implica ações conjuntas orientadas para objetivos concretos e mutuamente vantajosos, em áreas como infraestruturas, energia, transportes, comércio, segurança, saúde ou gestão de recursos naturais. Não constitui, necessariamente, uma etapa rumo à integração: pode ser a solução institucional mais eficiente para problemas específicos, preservando elevados níveis de autonomia nacional.

Parte dos projetos desenvolvidos em África enquadra-se nesta lógica. Cor-

CAIXA 1. CONCERTAR, COOPERAR, INTEGRAR

Concertação política aproxima posições; cooperação organiza ações conjuntas; integração cria regras e compromissos comuns que condicionam, em determinadas matérias, o exercício autónomo das soberanias. Podem coexistir e reforçar-se, mas não constituem, necessariamente, etapas sucessivas de um mesmo processo.

redores logísticos, redes energéticas transfronteiriças, programas conjuntos de combate ao terrorismo, projetos de gestão partilhada de bacias hidrográficas ou iniciativas de facilitação comercial são exemplos de cooperação regional, que podem, ou não, levar a processos de integração.

A **integração regional** implica um grau superior de compromisso político e institucional entre Estados. O seu elemento distintivo não reside apenas na intensidade das relações económicas, mas também na existência de regras comuns, instituições permanentes e compromissos que condicionam, em determinadas matérias, o exercício autónomo das soberanias nacionais². A União Europeia constitui o exemplo mais avançado de integração regional, combinando mercado único, harmonização de políticas, instituições supranacionais e, para a maioria dos seus membros, uma moeda única.

Como veremos no ponto seguinte, existem experiências rotuladas de integração que não passam de acordos conducentes ao livre comércio ou que, apesar de conterem elementos típicos de formas mais profundas, por exemplo monetária, não possuem componentes essenciais à integração – desde logo, mercados comuns ou a livre mobilidade de pessoas. Esta distinção ajuda, igualmente, a reinterpretar muitas das experiências africanas das últimas décadas. Em vez de serem avaliadas segundo o critério da maior ou menor proximidade relativamente ao modelo europeu de integração, devem ser analisadas em função da sua capacidade para responder aos problemas concretos que procuram resolver.

O que nos ensinam as principais iniciativas de integração regional?

Se a integração regional constituísse condição prévia do desenvolvimento, seria expectável encontrar uma sequência histórica relativamente semelhante nas principais experiências regionais. A comparação entre Europa, Leste Asiático, América Latina e África sugere o contrário: não existe um modelo universal nem uma sequência comum. A natureza da cooperação e o grau de integração alcançado dependem das transformações políticas, institucionais e produtivas nacionais e da sua combinação com interesses e contextos regionais e internacionais.

Na **Europa**, a União Europeia é frequentemente apresentada como referência da integração. Porém, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e a Comunidade Económica Europeia, em 1957, foram criadas por países industrializados, com administrações públicas capazes, mão de obra qualificada e intensas relações económicas recíprocas. A integração respondeu também a objetivos políticos: consolidar a paz, reconstruir economias devastadas pela guerra e reforçar a Europa Ocidental no contexto da Guerra Fria, beneficiando de forte apoio norte-americano. O caso europeu demonstra que a integração pode aprofundar mercados e reforçar a competitividade, mas não precedeu Estados consolidados e economias substancialmente industrializadas.

As quatro experiências não confirmam que a integração regional constitua condição ou ponto de partida do desenvolvimento. Todas revelam a centralidade dos Estados e das economias nacionais na definição das prioridades e iniciativas regionais.

O **Leste Asiático** apresenta exemplos substancialmente diferentes. Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e, posteriormente, a China privilegiaram estratégias nacionais de industrialização, com forte intervenção do Estado, promoção das exportações, investimento em educação, desenvolvimento tecnológico e integração nas cadeias globais de produção. A integração regional institucional nunca constituiu o objetivo primordial. A crescente integração económica da região resultou, sobretudo, da expansão do comércio, do investimento e das cadeias produtivas transnacionais, sem ser precedida pela construção de instituições supranacionais comparáveis às europeias. Exemplo disso é a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que privilegiou

mecanismos flexíveis de cooperação e concertação política, respeitando elevados níveis de autonomia nacional³.

A **América Latina** conheceu, desde meados do século XX, numerosas iniciativas de integração, desde a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), depois transformada em Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI), que conferiu o quadro jurídico que levou à criação do Mercosul, à Comunidade Andina e à Aliança do Pacífico, com resultados económicos bastante limitados e desiguais. As dificuldades decorreram menos da inexistência de organizações regionais do que da reduzida competitividade produtiva, da instabilidade macroeconómica, da volatilidade política e da frequente alteração das prioridades nacionais. A experiência latino-americana demonstra que a criação e o funcionamento das instituições regionais permaneceram largamente subordinadas aos interesses e estratégias nacionais, enquanto divergências políticas e estruturas produtivas orientadas para mercados externos favoreceram frequentemente relações extrarregionais. Em **África**, a integração regional tem assumido centralidade no discurso político sobre o desenvolvimento. Em várias cimeiras políticas, a ideia e a formação de Comunidades Económicas Regionais têm sido tema privilegiado. Exemplos paradigmáticos são o Plano de Ação de Lagos, o Tratado de Abuja, a Agenda 2063 e, mais recentemente, a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)⁴. Neste e noutros fóruns continentais, a integração regional tem sido apresentada como condição para o avanço da unidade africana e para o desenvolvimento e consolidação nacional. Contudo, os resultados observados divergem das proclamações. Na verdade, as relações entre países ocorrem, essencialmente, em domínios da concertação política e da cooperação funcional, sendo os processos formais de integração regional incipientes, com as principais exceções a corresponderem a estruturas herdadas do período colonial, como a União Aduaneira da África Austral (SACU) e as zonas monetárias do franco CFA.

A fraca industrialização constitui uma razão importante para tal. A maioria das economias africanas tem estruturas produtivas pouco diversificadas, por vezes semelhantes entre si e fortemente orien-



FIGURA 1. INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO: QUATRO TRAJETÓRIAS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Região	Ponto de partida	Dinâmica regional	Papel do Estado	Resultado
Europa	Estados consolidados; economias já industrializadas	Integração económica e institucional progressivamente aprofundada	Central na integração; gradual transferência de competências	Elevada integração económica e institucional
Leste Asiático	Estratégias nacionais de industrialização	Comércio, investimento, cadeias produtivas e cooperação	Determinante na industrialização, tecnologia e inserção externa	Relações económicas recíprocas crescentes; supranacionalidade limitada
América Latina	Economias e estratégias nacionais heterogêneas	Sucessivas iniciativas institucionais	Prioridades nacionais prevalecem	Integração limitada e desigual
África	Estados e economias em processos desiguais de consolidação	Concertação, cooperação e múltiplas iniciativas formais de integração	Determinante; capacidades muito diferenciadas	Forte ambição integracionista; integração económica incipiente

tadas para a exportação de matérias-primas para mercados extrarregionais. Estas características limitam a oferta de bens transformados suscetíveis de alimentar o comércio intrarregional. A elas acrescem custos elevados de transporte e logística, infraestruturas insuficientes e outras barreiras que continuam a dificultar as trocas dentro do continente. Ou seja, liberalizar o comércio não cria, por si só, aquilo que as economias ainda não produzem em quantidade, diversidade ou condições competitivas.

O facto de os Estados e economias nacionais estarem, via de regra, em construção e consolidação explica boa parte dos problemas enfrentados. Este tipo de considerações é pouco usual em fóruns institucionais entre países africanos ou em reuniões com parceiros internacionais – compreensivelmente, uma vez que incidem sobre questões de soberania e sobre processos, por vezes violentos, de luta pelo poder de Estado e pelo acesso a recursos transacionáveis. Assim, também em África as questões nacionais se sobrepõem às da integração regional.

As quatro experiências não confirmam que a integração regional constitua condição ou ponto de partida do desenvolvimento. Todas revelam a centralidade dos Estados e das economias nacionais na definição das prioridades e iniciativas regionais (ver Figura 1). Porém, particularmente no caso africano, persiste uma retórica sobre as virtudes da integração, presente em proclamações políticas, documentos institucionais, acordos de cooperação, incluindo com entidades externas, e parte da literatura da especialidade, não obstante a escassez de resultados relevantes.

Atores, prioridades e estratégias

Os governos não definem as suas opções num vazio político. Políticas públicas resultam da interação entre governos, administrações, empresas nacionais e multinacionais, instituições financeiras, investidores e atores da sociedade civil, cujos interesses nem sempre convergem. A sua interação influencia decisões sobre recursos, investimento, política industrial, comércio e tributação, contribuindo para explicar diferentes trajetórias de desenvolvimento.

À medida que a transformação produtiva cria novas atividades, fornecedores, serviços tecnológicos e cadeias de valor, aumentam as oportunidades de relações económicas regionais.

As opções de desenvolvimento (e as iniciativas regionais) não dependem só da capacidade técnica dos governos, mas também dos interesses e coligações políticas e económicas que as sustentam⁵. Uns favorecem diversificação produtiva, infraestruturas, educação e inovação; outros privilegiam atividades geradoras de rendas de rápida apropriação, frequentemente associadas aos recursos naturais ou a setores protegidos.

Economias de renda e de transformação produtiva: a gestão dos recursos

Porque é que a atual valorização geoecológica dos recursos naturais africanos

torna particularmente evidente a tensão entre diferentes estratégias de desenvolvimento?

A competição geoeconómica pelos recursos naturais não constitui um fenómeno novo em África⁶. Durante décadas, petróleo, gás e outras matérias-primas transacionáveis condicionaram as relações entre Estados africanos, potências externas e empresas multinacionais. A crescente procura de minerais críticos acrescentou, porém, uma nova dimensão a esta realidade. Cobalto, cobre, lítio, manganês, grafite, terras raras e outros minerais tornaram-se ativos geopolíticos, disputados por Estados e empresas (ver Figura 2).

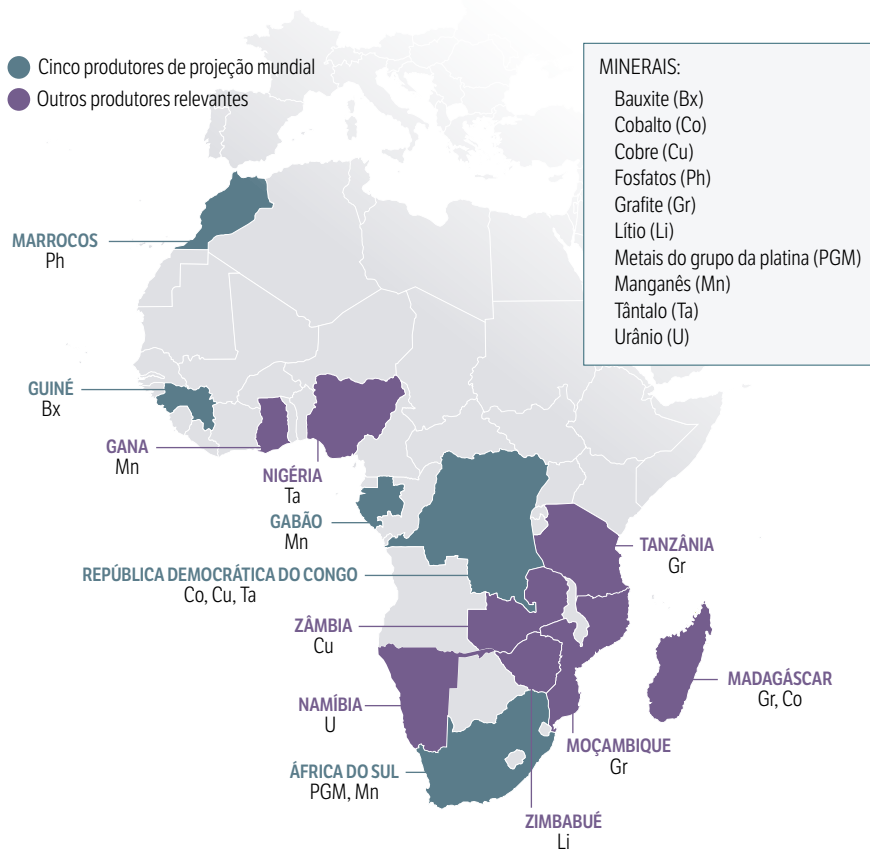
À primeira vista, esta evolução parece abrir novas oportunidades para países africanos. No entanto, a experiência histórica demonstra que a abundância de recursos naturais, por si só, nunca constituiu garantia de transformação produtiva nem de desenvolvimento sustentado.

A questão central não reside, portanto, na existência de recursos, mas na forma como estes são incorporados nas estratégias nacionais de desenvolvimento. A atual procura de minerais críticos pode reforçar duas trajetórias distintas. A primeira consiste na consolidação de economias essencialmente extrativas, orientadas para a exportação de matérias-primas pouco transformadas, geradoras de importantes fluxos financeiros, mas relativamente limitadas na criação de emprego qualificado, na difusão tecnológica e na diversificação produtiva. A segunda consiste em utilizar esses mesmos recursos como ponto de partida para estratégias de industrialização progressiva, desenvolvimento de capacidades tecnológicas, formação de recursos humanos, criação de cadeias de valor e aumento do conteúdo local das atividades económicas.

As experiências africanas com hidrocarbonetos e outros recursos minerais mostram que a existência de rendas externas não determina, por si só, as trajetórias de desenvolvimento (ver Caixa 2). Estas trajetórias não decorrem automaticamente dos recursos disponíveis nem correspondem simplesmente a “boas” ou “más” políticas: produzem beneficiários diferentes. Em certos casos, a exploração de recursos minerais tende a favorecer a consolidação de elites políticas e económicas cuja principal fonte de rendimento resulta da apropriação e distribuição das

FIGURA 2. PAÍSES AFRICANOS PRODUTORES DE MINERAIS CRÍTICOS SELECIONADOS

Nota: A opção pela produção, em vez das reservas, assegura maior rigor na representação da atividade mineira atual. As tendências apontam, contudo, para o aumento da produção e para uma crescente diversidade de minerais críticos e de países africanos produtores.
Fontes: Elaboração JANUS a partir de U.S. Geological Survey (2026), Mineral Commodity Summaries 2026, IEA (2025), Global Critical Minerals Outlook 2025.



CAIXA 2. A MESMA RIQUEZA, TRAJETÓRIAS DIFERENTES

Os recursos naturais não determinam uma trajetória única. As rendas podem consolidar economias extrativas e interesses rentistas ou financiar transformação produtiva, tecnologia e diversificação. A diferença reside nos interesses, instituições e estratégias que orientam a sua utilização.

rendas geradas pela extração e exportação de matérias-primas. Noutros casos, essas mesmas rendas são aplicadas na transformação estrutural da economia, através do investimento em infraestruturas, educação, inovação tecnológica e desenvolvimento industrial.

A corrente competição internacional pelo acesso aos minerais críticos acentua esta tensão. Por um lado, aumenta a capacidade negocial dos países detentores desses recursos. Por outro, reforça igualmente o interesse de empresas multinacionais, Estados e outros atores externos em assegurar condições estáveis de exploração e exportação. O resultado depende, em larga medida, da capacidade da governação e das institui-

ções nacionais para definir prioridades de longo prazo, negociar contrapartidas económicas e tecnológicas e integrar a exploração dos recursos naturais numa estratégia mais ampla de transformação produtiva.

Nesta perspetiva, os minerais críticos não constituem apenas uma oportunidade económica. Funcionam, também, como um teste à capacidade dos Estados para transformar vantagens comparativas em vantagens competitivas. A questão fundamental deixa de ser quanto minério pode ser exportado e passa a ser de que forma essa riqueza pode contribuir para diversificar a estrutura produtiva, acrescentar valor localmente, desenvolver competências tecnológicas e criar atividades económicas capazes de gerar relações produtivas mais densas, tanto no plano nacional como em espaços regionais subnacionais ou supranacionais.

É neste ponto que a integração regional readquire relevância. Economias predominantemente exportadoras de matérias-primas tenderão a manter relações económicas limitadas entre si. À medida

que a transformação produtiva cria novas atividades, fornecedores, serviços tecnológicos e cadeias de valor, aumentam as oportunidades de relações económicas regionais. A integração deixa assim de ser um ponto de partida institucional para se tornar parte das transformações nacionais e da cooperação entretanto desenvolvida.

Estados, atores externos e empresas multinacionais

Poderão os governos negociar regras de envolvimento das empresas multinacionais mais favoráveis ao desenvolvimento nacional?

Ao longo de várias décadas, uma parte significativa do debate sobre o desenvolvimento tendeu a apresentar as empresas multinacionais, sobretudo, como agentes de exploração económica e de transferência de riqueza para o exterior. Embora a história do colonialismo, da exploração de recursos naturais e das relações económicas internacionais explique a persistência desta perceção, a análise exige uma abordagem mais complexa. A questão central não reside na presença dessas empresas, mas na natureza das relações que estas estabelecem com os Estados e com as economias onde operam.

Pela dimensão dos recursos, tecnologia e redes internacionais que controlam, as multinacionais são também atores relevantes da economia internacional – e nacional.

O impacto das multinacionais não conduz a um resultado único. Podem limitar-se à exploração de recursos e repatriação de rendimentos ou contribuir para processos mais amplos de transformação produtiva. A diferença reside, em larga medida, na capacidade institucional dos governos – e nos interesses das coligações que sustentam o poder – para enquadrar a sua atividade numa estratégia nacional de desenvolvimento. Estados com maior capacidade estratégica podem negociar a incorporação de fornecedores nacionais, formação, transferência tecnológica, investigação, infraestruturas e novas atividades industriais; estratégias centradas na apropriação imediata das rendas tendem, pelo contrário, a limitar essa transformação.

A experiência dos hidrocarbonetos e a crescente importância dos minerais críticos tornam esta questão particularmente relevante. A intensificação da concorrên-



cia internacional pelo acesso a estes recursos reforça o interesse das empresas multinacionais e permite aumentar a capacidade negocial dos países produtores. A forma como essa vantagem relativa é utilizada depende, porém, dos interesses e das coligações internas que orientam a governação.

A negociação com multinacionais torna-se, assim, parte da estratégia de desenvolvimento: para além das receitas, pode procurar aumentar a capacidade produtiva, o conhecimento, o emprego e a diversificação. Mas as multinacionais também têm Estados de origem. Nos minerais críticos, a negociação envolve crescentemente o Estado produtor, a multinacional, o seu Estado de origem e instituições de financiamento. EUA, China, França, Alemanha, Japão e outras potências articulam empresas, financiamento e política externa para assegurar cadeias de abastecimento⁷. Isso torna mais complexo, mas não menos necessário, o poder negocial dos Estados africanos.

A capacidade de transformar novas rendas em diversificação produtiva, conhecimento e emprego depende, antes de mais, das opções e capacidades nacionais. A cooperação e a integração regional podem ampliar esses processos, mas dificilmente os substituem.

Este artigo questionou a ideia de que a integração regional constitui condição prévia ou instrumento central do desenvolvimento. A experiência comparada sugere, pelo contrário, que as formas de concertação, cooperação e integração são moldadas pelas transformações económicas e institucionais ocorridas no interior dos Estados, pelos interesses e relações de poder que neles se estabelecem e pela sua inserção internacional. A crescente valorização geoeconómica dos recursos naturais, em particular dos minerais críticos, reforça esta conclusão. A capacidade de transformar novas ren-

das em diversificação produtiva, conhecimento e emprego depende, antes de mais, das opções e capacidades nacionais. A cooperação e a integração regional podem ampliar esses processos, mas dificilmente os substituem.

“Primeiro o país, depois a região” não significa, portanto, que o desenvolvimento nacional tenha de estar concluído antes de os Estados cooperarem ou se integrem. Significa que não existe integração sustentável independentemente das capacidades, dos interesses e das estratégias de desenvolvimento dos Estados que a constroem. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.18>

Notas

- ¹ O Plano de Ação de Lagos (1980), o Tratado de Abuja (1991) e a Agenda 2063 (2013-2015) exprimem essa centralidade. A Agenda 2063 propõe explicitamente “an integrated continent, politically united”, inspirada nos ideais do pan-africanismo. Ver União Africana (2015).
- ² Sobre a distinção clássica entre diferentes formas de integração económica, ver Balassa (1961). A utilização desta tipologia não implica, no presente artigo, que essas formas constituam necessariamente etapas sucessivas de um processo linear de integração.
- ³ Sobre o caráter predominantemente económico e produtivo da regionalização do Leste Asiático e, no caso da ASEAN, a persistência dos princípios de soberania, não interferência e flexibilidade institucional, ver Suzuki (2019).
- ⁴ A AfCFTA, criada na Cimeira de Kigali em 2018, atingiu o número de ratificações necessárias em 2019, e propõe, numa ótica mais consentânea com as realidades, que a liberalização comercial seja acompanhada pelo desenvolvimento de capacidades produtivas, infraestruturas e cadeias regionais de valor. A evolução recente do debate institucional africano aponta nessa direção. Ver UNCTAD (2024).
- ⁵ Sobre a relação entre configurações de poder, gestão das rendas e transformação produtiva em economias africanas, ver Kelsall (2013) e Whitfield et al. (2015). Ambos sublinham, por diferentes vias, que os resultados económicos dependem não apenas das políticas formalmente adotadas, mas também dos interesses, incentivos e coligações que condicionam a sua implementação.
- ⁶ A competição por recursos em África não se limita aos recursos minerais e energéticos. Inclui igualmente, embora através de mecanismos distintos, o acesso a terra arável, água e produção agrícola, objeto de aquisições, concessões e investimentos transnacionais associados, entre outros fatores, à segurança alimentar. Esta dimensão do problema não é, por considerações de espaço, objeto deste artigo, embora seja compatível com a argumentação nele desenvolvida.
- ⁷ A competição pelos minerais críticos tem reforçado a articulação entre políticas comerciais e industriais, financiamento, empresas e estratégias dos Estados para assegurar cadeias de abastecimento. Desde 2020, multiplicaram-se as restrições às exportações e, desde 2022, os acordos e parcerias internacionais sobre minerais críticos, tornando mais explícita a dimensão geoeconómica destas cadeias. Ver UNCTAD (2026).

Referências

- Balassa, B. (1961). *The theory of economic integration*. Richard D. Irwin.
- IEA (2025). *Global critical minerals outlook 2025*. International Energy Agency. <https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2025>
- Kelsall, T. (2013). *Business, politics, and the state in Africa: Challenging the orthodoxies on growth and transformation*. Zed Books.
- Suzuki, S. (2019). Why is ASEAN not intrusive? Non-interference meets state strength. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 8(2), 157–176.
- UNCTAD (2024). *Economic development in Africa Report 2024*. UN Trade and Development. <https://unctad.org/publication/economic-development-africa-report-2024>
- UNCTAD (2026). *The shifting dynamics of critical minerals trade*. *Global Trade Update*, June 2026. UN Trade and Development. <https://unctad.org/publication/global-trade-update-june-2026-shifting-dynamics-critical-minerals-trade>
- União Africana (2015). *Agenda 2063: A África que queremos*. União Africana, Adis Abeba. <https://pt.scribd.com/document/444522176/Agenda-Africa-2063>
- Whitfield, L., Therkildsen, O., Buur, L., & Kjær, A. M. (2015). *The politics of African industrial policy: A comparative perspective*. Cambridge University Press.